

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 7.280, DE 2006

Dispõe sobre programa de estímulo à implantação de núcleos de formação profissional, mantido pela União.

**Autor:** Deputado JOSIAS QUINTAL

**Relator:** Deputado COLOMBO

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.280, de 2006, de autoria do Deputado Josias Quintal, institui programa de estímulo à implantação de núcleos de formação profissional, para atuar em articulação com a rede pública de educação profissional e tecnológica, com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com os programas de instrução militar desenvolvidos pelas Forças Armadas.

O referido programa deverá ser mantido pelo Governo Federal, com recursos previstos em dotação específica do Orçamento Geral da União. Destina-se a alunos matriculados no ensino fundamental ou no ensino médio de instituições de ensino públicas, com idade de quatorze a vinte e nove anos,



7B4CF27313

preferencialmente oriundos de família com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo, dentre outros critérios de carência econômica a serem estabelecidos por regulamentação posterior.

Nos termos do projeto de lei, os núcleos de formação profissional serão prioritariamente implantados nas áreas de periferia e bolsões de pobreza dos grandes centros, e no meio rural. Os cursos, relacionados ao perfil econômico da região em que estiverem inseridos, serão oferecidos em turnos inversos ao de frequência do aluno ao ensino público regular e oferecerão certificados de conclusão.

Por fim, a iniciativa propõe a oferta facultativa de três tipos de bolsas aos estudantes: para a manutenção da permanência; para a compra de material didático; e para cobrir as despesas de transporte. As bolsas podem ser cumulativas, e o estudante que exerce trabalho remunerado não está impedido de recebê-las. O valor do auxílio financeiro oferecido deverá ser definido em regulamentação posterior.

Cabe, nesta oportunidade, à Comissão de Educação e Cultura examinar a matéria quanto ao mérito educacional.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A presente iniciativa, ao combinar educação e profissionalização da população jovem, possui o inegável mérito de oferecer instrumento para enfrentar o desafio de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades econômicas e sociais deste País.

Sabe-se que, no mundo contemporâneo, a posse da informação e a capacitação profissional configuram-se como divisor de renda no



7B4CF27313

âmbito das sociedades. Apesar disso, o Brasil ainda mantém significativa parcela de sua população, especialmente os jovens de quinze a vinte e nove anos de idade, apartada das oportunidades de acesso ao conhecimento e à tecnologia e, por consequência, distante de boas oportunidades profissionais, de uma vida digna e do exercício pleno da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu art. 39, que a educação profissional deve integrar-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, e conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Assegura a possibilidade de acesso a essa modalidade de educação a todo aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, assim como a todo trabalhador em geral, jovem ou adulto. A mesma lei determina, no art. 40, que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

O Plano Nacional de Educação (PNL), aprovado pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, destaca, em seu diagnóstico, que é insuficiente a oferta de educação profissional no País. Aponta, também, a necessidade de se democratizar o acesso à capacitação técnica e tecnológica das populações rurais e urbanas.

No sentido de cumprir o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, o Governo tem investido em iniciativas como o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), o Projeto Escola de Fábrica e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Tais ações representam importantes conquistas no sentido de melhorar a qualidade e a adequação da educação profissional do jovem brasileiro. No entanto, deixam, ainda, lacunas em relação à demanda.

Diante disso, faz-se necessário estimular a oferta de alternativas para garantir a educação continuada da população brasileira,



especialmente dos jovens na faixa de quinze a vinte e nove anos de idade, segmento da população com maior dificuldade de gerar renda ou inserir-se no mercado de trabalho. O presente projeto atende tal necessidade ao propor a criação de programa federal com vistas a estimular a implantação de núcleos de formação profissional e tecnológica, em parceria com o SENAI, SENAC, SENAR e com as Forças Armadas, especialmente em áreas de maior risco social e no meio rural.

A iniciativa que ora examinamos está, portanto, em perfeita consonância com a necessidade de expansão de iniciativas voltadas para a capacitação técnica e profissional da população jovem e com o disposto na legislação educacional vigente. Todavia, com vistas a aprimorar o projeto do nobre Deputado Josias Quintal, achamos por bem sugerir algumas alterações na forma de emendas.

A primeira, diz respeito à faixa etária definida para o público alvo dos programas de formação. O projeto determina, em seu art. 2º, que o programa será voltado para *jovens* entre **quatorze a vinte e nove anos de idade**. No entanto, o Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei nº 4.530, de 2004) e o Estatuto da Juventude (Projeto de Lei nº 4.529, de 2004), em tramitação nesta Casa, definem com *jovem* o indivíduo de **quinze a vinte e nove anos**. Sugerimos a padronização do segmento fixado como *jovem*, com vistas a facilitar o reconhecimento e a aplicação da futura legislação sobre o assunto.

A segunda modificação sugerida altera o parágrafo único do art. 3º do projeto, no que concerne à determinação de que a matrícula dos estudantes nos cursos oferecidos pelos núcleos de formação profissional deve dar-se, obrigatoriamente, no turno **inverso** ao de sua frequência no ensino público regular. Considerando que tais cursos poderão ser ministrados nos turnos matutino, vespertino e noturno, entendemos que, para garantir a presença do aluno na escola de ensino fundamental ou na de ensino médio, basta prescrever a obrigatoriedade de a matrícula nos cursos de capacitação ser em turno **distinto** ao da escola regular. Preservamos, assim, a possibilidade de o aluno que já trabalha escolher, para a sua capacitação, período que não inviabilize o exercício de sua atividade profissional.



Por fim, a última emenda sugerida modifica o *caput* do art. 4º para tornar **obrigatória** a concessão de bolsas aos estudantes. O dispositivo, na sua forma atual, prevê que o programa “*poderá conceder*” bolsas aos estudantes, o que torna o artigo inócuo, porquanto não prescritivo. Julgamos que a previsão de apoio financeiro da União ao jovem carente que busca capacitação profissional é medida essencial para garantir a eficácia do programa proposto, daí a necessidade de deixar clara a sua obrigatoriedade.

Políticas incisivas de educação continuada e de capacitação profissional da população brasileira são eficazes instrumentos de inclusão e devem, portanto, integrar o projeto de desenvolvimento para o Brasil. Se o País pretende superar o gravíssimo problema da pobreza e promover a mobilidade socioeconômica, precisa investir, com urgência, na melhoria da qualidade da educação e na capacitação profissional dos jovens brasileiros.

Diante do exposto, votamos pela aprovação, com emendas, do Projeto de Lei nº 7.280, de 2006.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado COLOMBO  
Relator



7B4CF27313

ArquivoTempV.doc



7B4CF27313

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****PROJETO DE LEI N.º 7.280, DE 2006**

Dispõe sobre programa de estímulo à  
implantação de núcleos de formação  
profissional, mantido pela União.

**EMENDA N.º 1, de Relator**

Substitua-se, no art. 2º, a referência a “jovens na faixa etária de quatorze a vinte e nove anos de idade” por “jovens na faixa etária de quinze a vinte e nove anos de idade”.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado COLOMBO  
Relator



7B4CF27313

ArquivoTempV.doc



7B4CF27313



## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **PROJETO DE LEI N.º 7.280, DE 2006**

Dispõe sobre programa de estímulo à  
implantação de núcleos de formação  
profissional, mantido pela União.

### **EMENDA N.º 2, de Relator**

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º do projeto a seguinte  
redação:

“Parágrafo único. A matrícula dos estudantes nos cursos  
oferecidos pelos núcleos de formação profissional se dará obrigatoriamente em  
turno distinto do de sua frequência no ensino público regular.”

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.



7B4CF27313

Deputado COLOMBO  
Relator

ArquivoTempV.doc



7B4CF27313

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **PROJETO DE LEI N.º 7.280, DE 2006**

Dispõe sobre programa de estímulo à  
implantação de núcleos de formação  
profissional, mantido pela União.

### **EMENDA N.º 3, de Relator**

Substitua-se, no *caput* do art. 4º, a expressão “poderá  
conceder”, por “concederá”.

Sala da Comissão, em        de        de 2006.

Deputado COLOMBO  
Relator



7B4CF27313

ArquivoTempV.doc



7B4CF27313